



Psicologia e promoção de direitos

O VII CNP vai construir um projeto ético-político para a nossa profissão. Veja como participar.

Fiscalização é aliada na luta antimanicomial

ENTREVISTA

pág. 3

Resolução contra homofobia completa 10 anos

pág. 4

Hora de preparar o VII CNP

pág. 5

Prisão de estudantes expõe distorções da lei de drogas

pág. 6

Pesquisas ampliam campo de trabalho

pág. 7

CRP fortalece ações no interior

pág. 8

Sergipe estrutura unidade própria

pág. 8

Impresso Especial

1677/2008-DR/CE
CRP-03

CORREIOS



Conselho Regional
de Psicologia

3ª REGIÃO - BA/SE

As (os) profissionais de psicologia passaram a desempenhar, nas últimas décadas, papéis de maior repercussão na sociedade, inclusive com participação efetiva na definição de políticas públicas, defesa dos direitos humanos e cidadania. Estão, cada vez mais, em sintonia com o projeto de profissão do Sistema Conselhos do qual o CRP-03 Bahia/Sergipe faz parte, cujas ações mantêm o foco no social e na diversificação da prática da psicologia. Os resultados alcançados nesses dois anos de gestão mostram um Conselho comprometido com o fortalecimento da profissão e melhor estruturado para atender às demandas da sociedade relacionadas à atuação da categoria.

No início de 2008, definimos como missão da nossa instituição: “fortalecer o papel político, ético e social da psicologia como ciência e profissão, comprometendo-a com os direitos humanos, a construção de políticas públicas e o controle social na orientação, fiscalização, disciplina e referência do exercício profissional, com a perspectiva de uma sociedade equânime, plural e democrática”. Neste sentido, foram traçadas cinco prioridades para orientar a nossa gestão 2007/2010: “Mobilizar pra cuidar da profissão”.

A primeira está relacionada à busca de informações atuais sobre a prática profissional da psicologia, que vem sendo conduzida principalmente através das pesquisas com profissionais locais, realizadas pelo Crepop - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Essa dinâmica já resultou em contribuições efetivas da categoria nas pesquisas nacionais e consultas, que vão respaldar a prática da (o) psicóloga (o) em diversas políticas públicas do País. O trabalho é contínuo e extremamente importante para ampliação dos espaços da profissão no Brasil.

Outra prioridade é o compromisso da psicologia com o social, o que torna fundamental a mobilização da categoria visando a sua participação em seminários e conferências para o exercício de formulação de políticas públicas e controle social. Para tanto, foi necessária a ampliação das comissões e dos grupos de trabalho (GTs), que hoje promovem ações relacionadas a diversas temáticas que dizem respeito aos posicionamentos do CRP na sociedade, em interlocução direta da categoria com profissionais de outras áreas, instituições públicas, entidades e movimentos sociais. É o que fazem os GTs sobre usos de substâncias psicoativas, combate à homofobia, relações de gênero, relações raciais, psicoterapia, saúde suplementar, psicologia jurídica, psicologia e mídia, saúde mental e os outros grupos existentes no CRP.

A capacidade política e operacional do Conselho foi ampliada, com ações que aperfeiçoaram a sua estrutura organizacional. No interior, reabrimos o escritório de Vitória da Conquista, que deverá, inclusive, funcionar como uma subseção do CRP-03. O local abriga o Pólo Sudoeste e a Comissão de Interiorização, que desenvolve o trabalho de descentralização e segue com o estímulo à abertura de núcleos gestores, abarcando as cidades com maior número de profissionais inscritos no CRP. O CRP-03 investiu, ainda, na construção de um Plano de Cargos e Salários; na realização de um concurso público, que contemplou todos os cargos descritos e na contratação e qualificação de funcionários para reforçar a equipe na sede e também na Seção Sergipe, assim como em um programa de estágio para as áreas de psicologia, direito e comunicação. Houve um grande investimento nas instalações físicas da sede, mediante aquisição de sistema e cadastro para documentos e publicações. O resultado é que hoje a entidade conta com uma estrutura de apoio mais adequada para atender e receber, com mais qualidade, a categoria. E ela cresce a cada dia: já somos 7.422 com inscrição no CRP, 5.358 em atividade.

A Seção Sergipe também recebeu melhorias (aluguel de sala em anexo, reforma e ampliação das instalações e equipamentos). O CRP contratou uma psicóloga Orientadora Fiscal e investe nas condições objetivas para o desmembramento de Sergipe, o que depende também da capacidade organizativa das (os) profissionais do estado, inclusive no sentido de implementar as resoluções do CNP - Congresso Nacional da Psicologia, que acontece a cada três anos com a participação ativa da categoria.

Consideramos importante divulgar estas realizações e oferecer novas ferramentas de comunicação. É essa a finalidade da Estação BVS-Psi – Biblioteca Virtual da Saúde - Psicologia, espaço criado para auxiliar profissionais e estudantes em pesquisas; a reformulação do nosso site e o lançamento do presente veículo, o Jornal do CRP-03 Bahia/Sergipe, que marca, em seu primeiro número, a abertura de mais um canal de comunicação com profissionais, estudantes, professoras (es) e pesquisadoras (es) da área. E como é característica da atual gestão, as contribuições continuam bem-vindas, pois não temos dúvidas de que o fortalecimento da profissão é um projeto que se constrói com informação, transparência, ética e, acima de tudo, com a colaboração de todos e todas. Participe!

Marilda Castelar
Conselheira Presidente do CRP-03 Bahia/Sergipe

Navegue no CRP



As comissões e os grupos de trabalho (GTs) em atividade no Conselho Regional de Psicologia, as pesquisas do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), as representações no interior, notícias e oportunidades de trabalho. Todas essas informações estão acessíveis no site do CRP, que representa mais uma alternativa para manter profissionais e estudantes por dentro dos assuntos de interesse da categoria.

O site foi reformulado este ano e passou a oferecer novas opções à comunidade

de psicologia. É possível, por exemplo, se cadastrar para receber o Boletim Eletrônico do CRP - 03, que traz dicas de eventos e notícias da psicologia em toda a região. Comprometida com a transparência na utilização de recursos, a diretoria do Conselho disponibiliza na internet, ainda, a seção “Prestação de Contas”.

Links para as campanhas, para o portal do Conselho Federal de Psicologia e outros sites de instituições ligadas à atividade, seções sobre legislação, dúvidas frequentes e orientação para

inscrição no Conselho também são encontrados no site.

Para receber os informativos do CRP por e-mail é importante manter o endereço sempre atualizado (é muito simples e pode ser feita pelo próprio site). A equipe do CRP já está trabalhando para disponibilizar novas opções aos internautas, como a agenda completa das atividades programadas pelo CRP.

Para navegar e manter-se atualizado, acesse: www.crp03.org.br.

Dicas

Estação BVS-Psi

A Estação Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi) já está funcionando na sede do CRP-03, em Salvador, com a proposta de auxiliar profissionais da psicologia em trabalhos de pesquisa. Trata-se de um espaço equipado com microcomputadores e apoiado por uma bibliotecária, sempre pronta a dar suporte na investigação dos clientes.

A nova alternativa complementa os recursos oferecidos pela BVS-Psi na internet (www.bvs-psi.org.br), onde há um vasto conteúdo e publicações para consulta de profissionais, pesquisadores, professores e estudantes da área de psicologia. A Estação BVS-Psi chega para estreitar ainda mais o relacionamento com esse público.

A unidade funciona de 2ª a 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Para informações, basta ligar: (71) 3247-6716 ou (71) 3332-6168. Ou, ainda, enviar mensagem para: biblioteca@crp03.org.br

EXPEDIENTE

O Jornal do CRP-03 é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região Bahia/Sergipe. Diretoria: Presidente: Marilda Castelar. Vice-presidente: Valter da Mata Filho; Tesoureira: Manoelita Mota dos Santos; Secretária: Lílían Rezende Novais. Conselheiras (os) efetivas (os): Luciana Barreto; Lúcio Oliveira; Joelma Rosado; Maria Célia Vaz; Rosângela Castro. Conselheiras (os) suplentes: Alessandra Almeida; Ana Paula Pinheiro; Andréa F. Fernandes; Carlita Bastos; Kueyla Bittencourt; Mirela Iriart; Sylvana Santos; Ubton Nascimento. Conselho Editorial: Marilda Castelar; Valter da Mata Filho; Manoelita Mota dos Santos. Jornalista Responsável: Lídice Oliveira (DRT/BA 1488). Projeto Gráfico e Produção Editorial: Dendesign Comunicação e Design (71) 3334-1324. Impressão: Sooffset Gráfica e Editora (71) 3172-2121. Tiragem 8.000 exemplares. Periodicidade: Trimestral. Sede: Rua Professor Aristides Novis, 27, Federação, Salvador - Bahia | Tel: (71) 3237-1281 www.crp03.org.br. Seção Sergipe: Praça da Bandeira, nº 465, Edf. Clinical Center, Aracaju-SE Tel: (79) 3214-2988. Mensagens para o Jornal do CRP-03 devem ser enviadas para o e-mail: comunicacao@crp03.org.br.

Vistórias resguardam direitos

O fim do encarceramento e a proteção dos direitos humanos. Esses são os alvos das vistórias em instituições irregulares que mantêm encarcerados, portadores de transtorno mental e outras pessoas vulneráveis, como deficientes mentais, idosos e usuários de drogas. Realizadas pelo CRP e demais instituições que integram o Coletivo da Luta Antimanicomial na Bahia, as vistórias estão amparadas na própria Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais.

Este ano, foram vistoriados, com o apoio do Grupo de Trabalho de Saúde Mental, o Centro de Recuperação Valentes de Gideão e o Abrigo Tio Paulinho, ambos no município de Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador. As irregularidades identificadas foram reunidas em relatórios, já encaminhados ao Ministério Público do Estado para providências, explica a colaboradora do GT de Saúde Mental, Mariana Carteador. Nessa entrevista, o professor da Universidade Federal da Bahia e integrante do Núcleo de Estudos pela Superação dos Manicômios, Marcus Vinícius de Oliveira Silva, fala do papel das vistórias e dos avanços de duas décadas da luta antimanicomial no Brasil. “A fiscalização é essencial para produzir a salvaguarda dos direitos dos pacientes”, diz Marcus Vinícius, autor de vários trabalhos na área, coordenador do Laboratório de Estudos Vinculares e Saúde Mental e diretor do Instituto Silvia Lane, Psicologia e Compromisso Social.

CRP: O CRP BA/SE e demais integrantes do Coletivo da Luta Antimanicomial realizaram vistórias este ano em instituições de longa permanência no estado. Como esse trabalho contribui para proteger os direitos humanos das pessoas com transtornos mentais?

Marcus Vinícius: Esses lugares são geralmente fechados, verdadeiros mundos à parte da sociedade. Toda vez que temos situações como essa, em que os idosos, crianças e portadores de transtornos mentais ficam subordinados a sujeitos que incorporam um papel disciplinar, pode ter certeza que haverá muita violência sem que a sociedade tome conhecimento. Por isso, a fiscalização da sociedade é fundamental para produzir salvaguardas para os direitos humanos.

CRP: E nas instituições vistoriadas este ano? Qual a situação encontrada? Já houve alguma ação para corrigir os problemas identificados?

M. V: O Ministério Público age com lentidão. Na Bahia, temos uma conjuntura muito desfavorável para o resgate da cidadania. Com relação às instituições visitadas, o que existe é um amontoadado de gente, abrigada em más condições. E os dois espaços fiscalizados – o Centro de Recuperação Valentes de Gideão e o Abrigo Tio Paulinho – estão no interstício do registro legal. Não são escola, nem hospício. E há informação, a ser apurada, de que uma delas recebe verba pública, repassada pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Se for verdade, o governo tem de parar com esses repasses.



Parada do Orgulho Louco ajuda a combater estereótipos

CRP: Quais as principais deficiências frequentemente encontradas nesses locais?

M. V: Os hospitais psiquiátricos, como alguns que existem em Salvador, comprimem coletivos humanos em espaços inadequados. Nesse ambiente ocorre abuso, violência e maus tratos. Há deficiência na hotelaria, alimentação, nos cuidados de higiene, precariedade na assistência à saúde e até exploração de trabalho escravo. As relações de poder são desiguais e há abuso de autoridade. Há registros também, de mortes por assassinato. Se a pessoa está sob a tutela da instituição, ela deveria exercer a devida vigilância. Como não o faz, acontecem os casos de violência. No caso destas instituições é pior, ainda, porque elas não têm recursos mínimos para manter pessoas. Nem recursos médicos, nem estrutura física, de alimentação etc. São instituições grotescas, que mantêm pessoas privadas de liberdade sem ter mandado jurídico para tal.

CRP: A política nacional de saúde mental prevê a garantia de acesso a assistência para os pacientes em instituições substitutas aos antigos hospitais psiquiátricos. Como o Sr. define a estrutura pública de saúde oferecida hoje, após duas décadas de luta antimanicomial?

M. V: Avançou bastante. Em 1982, havia 400 hospitais psiquiátricos e 140 mil leitos. Hoje, são pouco mais de 35 mil leitos e já existem em funcionamento mais de 1.400 serviços do tipo CAPS, os Centros de Atenção Psicossocial. Do ponto de vista orçamentário, antes os hospitais consumiam 95% das verbas para saúde mental no País e apenas 5% destinavam-se à área ambulatorial. Mas houve uma inversão desse modelo com referência na internação, e hoje 62% do orçamento vai para instituições substitutas, como hospital dia e os CAPS – ou seja, a maioria segue para instituições que tratam os pacientes com perspectiva terapêutica superior à oferecida pelo modelo violento, atogênico e com



Marcus Vinícius: luta antimanicomial ainda é necessária no País

“É preciso haver uma integração entre as políticas públicas para a oferta articulada de cultura, habitação, alternativas de geração de renda, além de atenção em saúde às pessoas com transtornos mentais.”

privação de liberdade, representado pelos manicômios e hospitais psiquiátricos.

CRP: Os CAPS cumprem hoje a sua função de garantir atenção básica em saúde mental?

M. V: O que ocorre é que os CAPS têm limitações, pois o sistema se expandiu sem a devida capacitação de recursos humanos. É um modelo novo com profissionais formados na velha escola. E não é só isso. No Brasil, o número de CAPS 3, que oferece atendimento 24 horas, ainda é muito pequeno e incipiente, o que leva a um estrangulamento na área de emergência psiquiátrica. Isso deixa os familiares de um paciente que surta no meio da noite, por exemplo, sem respaldo. Em resumo, temos profissionais não aptos, equipamentos que ainda não atendem ao padrão previsto, mas, de modo geral, podemos dizer que dezenas de milhares de pacientes já recebem assistência com uma qualidade melhor do que qualquer expectativa que tínhamos 20 anos atrás.

CRP: Por que a luta antimanicomial ainda é necessária no Brasil?

M. V: É necessária porque ainda existe uma luta manicomial, favorável à manutenção do velho modelo, representada por setores e segmentos que resistem à extinção dos hospícios. O setor empresarial é um deles. Para se ter uma ideia, hoje dos 35 mil leitos disponíveis para saúde mental, 29 mil são em instituições privadas. São os empresários da loucura, que não querem abrir mão do negócio rentável de vender vagas para internação ao SUS. O outro é o corporativismo médico, já que alguns profissionais de psiquiatria se sentem desconfortáveis no novo modelo, no qual compartilham o mesmo espaço e devem manter uma relação democrática em relação aos demais profissionais da equipe. Por fim, existem familiares de pacientes que, ao

procurar o SUS em busca da nova assistência prometida e não a encontrar, acreditam que a opção seria voltar ao modelo antigo, para internar o doente.

CRP: Como anda a relação entre família e portadores de transtornos mentais? O afastamento familiar ainda é uma realidade?

M. V: A maioria das famílias cuida e os mantêm com dignidade. Mas, de fato, ter um portador de transtorno mental na família significa uma jornada a mais, e o trabalho é pesado. As políticas públicas ainda são insuficientes para dar suporte necessário aos familiares. Muitos municípios, por exemplo, não oferecem assistência adequada em saúde mental. E portadores dessas doenças não precisam apenas de assistência médica. É necessária uma integração entre as políticas públicas para oferta articulada de cultura, habitação, alternativas de geração de renda, além da atenção em saúde.

CRP: Pessoas com esses transtornos ainda sofrem com o estereótipo de perigosas, o que dificulta a sua reabilitação psicossocial. Eventos como as Paradas do Orgulho Louco têm ajudado a mudar a forma como a sociedade encara os portadores de sofrimento mental?

M. V: Há 20 anos são promovidas manifestações nas ruas em comemoração ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial, sempre no dia 18 de maio. As paradas são mais recentes e seguem esse mesmo objetivo. O Conselho Regional de Psicologia 03 tem ajudado muito na organização desses movimentos. E se efetivamente tivemos algumas mudanças é porque o assunto nunca mais saiu de cena. E se está na novela das oito, que mostra justamente como tratar pessoas com esses transtornos, é porque conseguimos trazer o tema para o debate público, para a vida.

O desafio do combate à homofobia

Dez anos depois de baixar a Resolução CFP 01/99, marco que proíbe a psicologia de tratar as práticas homoeróticas como patologia, perversão ou distúrbio, o Conselho Federal de Psicologia ainda precisa punir profissionais. Brasil afora, por não compreenderem a importância da liberdade de orientação sexual na sociedade contemporânea. A constatação é do presidente do CFP, Humberto Verona, para quem a “batalha de sensibilização” é um desafio atrelado a uma divulgação mais intensa da própria resolução.

“A resolução é um posicionamento oficial e estabelece limites para abusos cometidos por profissionais da área, mas é pouco conhecida da sociedade e, diria, até desconhecida de muitos psicólogos”, admitiu Verona, durante debate realizado pelo CRP-03, em Salvador, sobre a orientação sexual e a homofobia na psicologia como ciência e profissão. Apesar disso, Verona enfatiza que tanto o CFP como os conselhos regionais têm feito a sua parte nesse processo de dar visibilidade à resolução. E os benefícios trazidos por essa estratégia ficam evidentes mesmo quando episódios mais polêmicos ganham espaço na mídia.

Para o coordenador do Grupo de Trabalho de Psicologia e Diversidade Sexual e da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ (5ª região), Pedro Paulo de Bicalho, esses casos levam ao amplo debate social e conse-

quentemente potencializam a posição da psicologia sobre o assunto. O avanço da compreensão sobre os aspectos da sexualidade implica construir uma sociedade tolerante com todas as diferenças, que comporte o respeito aos direitos dos homoafetivos. “Uma sociedade solidária e justa não pode pensar em repetir erros históricos e colocar a homossexualidade como doença ou desvio”, acrescentou Humberto Verona.

Convidado para o debate, o antropólogo e presidente do Grupo Gay da Bahia, Luiz Mott, fez coro em favor da aprovação de leis que equiparem os crimes de homofobia aos de racismo. E defendeu o trabalho de instituições científicas para derrubar equívocos sobre o comportamento e sexualidade humanos, e ajudar na mudança da mentalidade. “A psicologia possui recursos metodológicos e pesquisas para mostrar que não há riscos na adoção de crianças por casais homossexuais”, exemplificou Mott.

O debate foi organizado pelos grupos de trabalho de Combate à Homofobia (GTCH) e de Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP) do CRP-03, como parte das atividades comemorativas dos 10 anos da Resolução e 47 anos da regulamentação da profissão. Também participaram do encontro a psicóloga do Coletivo Feminista Cunchã, Gilberta Soares, e Andreza Almeida, do Kiu - Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual.



Participantes do debate em Salvador

Presença na Parada Gay

O GTCH e o GTRGP estiveram mais uma vez presentes na Parada Gay da Bahia. Durante o evento, que chegou à sua oitava edição em outubro, o Conselho Regional de Psicologia aproveitou para lembrar e divulgar os 10 anos da Resolução CFP 01/99.

Em atividade desde maio de 2007, o GTCH promove, quinzenalmente, reuniões com a finalidade de debater o homoerotismo e a homofobia, assim como as suas implicações para a prática profissional. Esses temas são de grande interesse para a Comissão de Direitos Humanos do CRP 03 - BA/SE, cujo objetivo é justamente buscar um comprometimento maior da Psicologia

com as problemáticas sociais e garantir o respeito aos direitos humanos.

“Percebemos uma demanda social para que a Psicologia e o Sistema Conselhos se posicionassem melhor sobre as situações de homofobia, conforme ocorreu anteriormente em outras categorias profissionais”, afirma o coordenador do GTCH, Maurício Brasil. E em sua trajetória, o grupo não tem perdido a chance de se manifestar e apoiar os movimentos sociais, com a promoção de debates, participação em conferências e eventos da comunidade local. Para colaborar com o GTCH, entre em contato: gtch@crp03.org.br.

Psicologia e a “cura” da homossexualidade

Quando o psicólogo recebe alguém que, dizendo buscar a “cura” da homossexualidade, afirma sofrer ou sentir muita angústia com o desejo por outras pessoas do mesmo sexo, ele não poderá, em sua prática, partir do pressuposto de que o desejo pelo mesmo sexo é, em si, algo doloroso ou angustiante, e muito menos uma doença da qual se pode obter uma cura – do contrário estará assumindo um preconceito, no sentido explícito do termo: conceito prévio, sem qualquer reflexão sobre ele. Um psicólogo que parte de preconceitos, a rigor, pratica, se nos é permitido assim nos expressarmos, uma pré-psicologia. Assim, se um psicólogo não pergunta pelo motivo ou razão do sujeito e, abrindo sua “gaveta de ferramentas”, vai prontamente aplicando suas “técnicas psicológicas”, ele está oferecendo um serviço de maneira cega, reduzindo a sua prática a um ato predominantemente técnico, não-reflexivo, como se trabalhasse num universo puramente natural, biológico ou mecânico, caracterizado pela necessidade. Como se isso não envolvesse um mundo que abarca um conjunto de elementos sócio-culturais, caracterizado pela arbitrariedade, como são os valores e normas sociais. Para que ele ofereça um serviço com o mínimo de crítica, e, com isso, previna-se de estar, sem o saber ou sem perceber o perigo, a serviço dos valores estabelecidos numa sociedade, deve partir da lúcida consideração de que não existem valores e normas eternos, desde sempre criados, para além da realidade humana, e, sim,

valores e normas inventados, construídos num determinado espaço e tempo a partir da relação de forças condicionadas socialmente.

À medida que escuta, o psicólogo pode identificar quais são os elementos socioculturais em jogo e oferecer os conhecimentos que dispõe sobre eles, de modo a possibilitar uma reflexão da pessoa sobre a sua própria demanda. Para que, de fato, realize aquilo que é, de direito, sua competência, de modo que venha a, realmente, cuidar do outro, ele não pode, assim, dispensar todos os importantes e probos conhecimentos fornecidos seja pela história, a sociologia e a antropologia, em suas vertentes compreensivas, e muito menos a filosofia, que o educa na reflexão rigorosa e moderação cautelosa, além da arte, que lhe desenvolve a capacidade de assimilar e transformar todas as suas experiências e conhecimentos adquiridos em uma unidade criativa e revigorante. Isso exige que o psicólogo esteja livre de preconceitos, desvinculado de qualquer dogmatismo e, principalmente, de qualquer obscurantismo religioso – do contrário, seu título de psicólogo não será mais que um disfarce para encobrir que, no fundo, não busca o cuidado da vida psíquica de quem o procura por ajuda, mas, em nome de algum modelo social hegemônico de normalidade, a correção do outro, cultivando-lhe no terreno de seus desejos por pessoas do mesmo sexo, a erva daninha da má consciência e da culpa, promovendo, assim, ao invés de saúde, doença psíquica.

A resolução CFP 001/99 de 22 de março não priva a quem queira deixar a homossexualidade da assistência de um psicólogo, mas, “considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”, estabelece que os psicólogos, como diz o artigo 4º, não devem colaborar “com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”. O seu papel é promover o bem-estar das pessoas, mas isso não quer dizer que, diante de um mal-estar devido à má consciência de alguém sobre o próprio desejo homoerótico, ele deva ajudar a acabar com o desejo – tal como um dentista, e, talvez, um mau dentista, que acaba com uma dor de dente arrancando-o – mas, sim, com a má consciência – o que não significa também estabelecer e fixar na pessoa uma identidade homossexual. A resolução não obriga o psicólogo, dessa maneira, a negar assistência a quem procure a “cura” da homossexualidade, mas, como está no artigo 2º, “contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas” – e inclusive contra a própria pessoa (a chamada “homofobia interna”).

Se poderíamos falar de “cura” enquanto resolução de um problema, talvez fosse também adequado, nesse sentido, dizer que, se o psicólogo deve curar alguém ou uma sociedade de algo, esse algo seria o

heterossexismo ou heterocentrismo, a crença, sem fundamento científico, de que só a relação heterossexual, entendida como relação entre pessoas de sexos diferentes, é universalmente válida, desejável e aceitável, ideia que gera preconceito, discriminação e intolerância sobre os que seguem práticas sexuais desviantes da norma estabelecida histórico-sócio-culturalmente, e produz, com isso, mal-estar, dor e sofrimento.

No entanto, naquilo que compete à formação do psicólogo, a resolução CFP 01/99, para ser teoricamente garantida, pressupõe que os cursos de psicologia ofereçam, de fato, tal conhecimento, proporcionando discussões e reflexões referentes à diversidade sexual, papéis de gênero e homofobia. Até o momento, não verificamos isso acontecer, pelo menos até onde nossa vista alcança, senão por parte de audazes estudantes que, percebendo essa lacuna na formação, buscam por meios próprios, através da organização de eventos, suscitar o debate e a reflexão no meio acadêmico. A eles e a todo o movimento gay, entre heterossexuais, homossexuais, bissexuais, travestis, lésbicas, transexuais, transversais, indefinidos, inominados e confusos, nosso sincero agradecimento.

Anselmo de Lima Chaves

Psicólogo e membro do Grupo de Trabalho de Combate à Homofobia -CRP-03

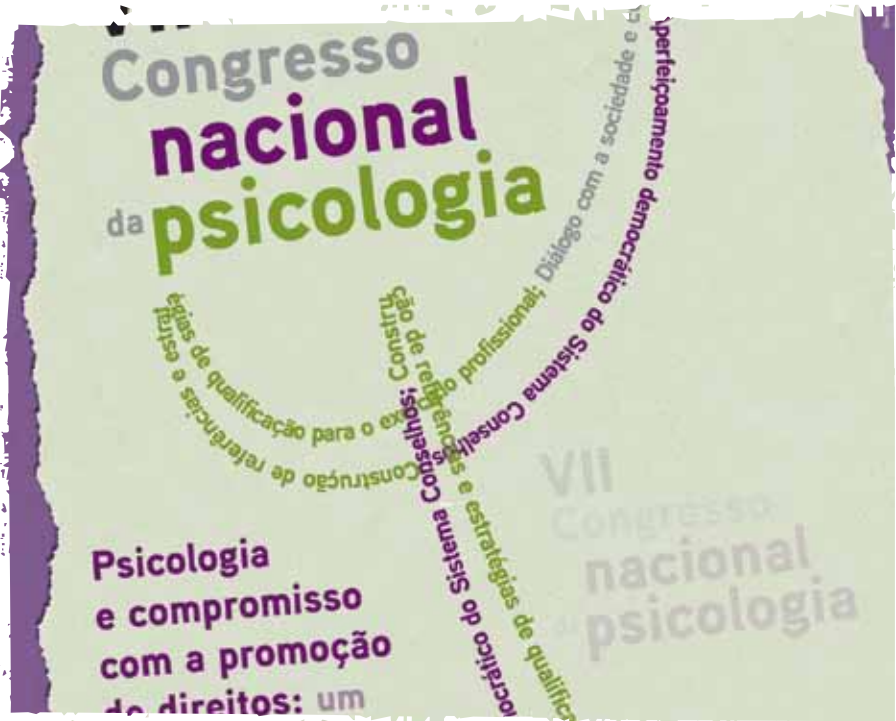
Hora de preparar o VII CNP

O CRP-03 iniciou, em setembro, as atividades preparatórias na região, visando o VII CNP - Congresso Nacional de Psicologia, que será realizado em junho de 2010, em Brasília. Já foi criada uma comissão local, que vai coordenar os trabalhos e agregar a categoria na Bahia e Sergipe, inclusive aproveitando a mobilização para as conferências nacionais (ver matéria). O CNP é a instância máxima de deliberação da psicologia no país e define as diretrizes que orientam a atuação do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais, para os três anos subsequentes à sua realização. Em sua sétima edição, o evento terá como tema central “Psicologia e Promoção de Direitos: um projeto ético-político para a profissão”. Os debates se concentrarão em três eixos principais: Aperfeiçoamento Democrático do Sistema Conselhos, Construção de Referências e Estratégias de Qualificação para o Exercício Profissional e Diálogo com a Sociedade e com o Estado. Até março de 2010, os Conselhos Regionais deverão promover uma série de eventos preparatórios, baseados nos temas de interesse do congresso, envolvendo profissionais locais na construção das proposições que serão enviadas à organização do CNP.

O calendário prevê pré-congressos em abril e congressos regionais em maio de 2010, de onde sairão as teses aprovadas para encaminhamento à comissão organizadora do evento nacional. No período de 3 a 6 de junho, acontecerá, então, o amplo fórum de debates do VII CNP, com a participação dos representantes dos conselhos estaduais e convidados de várias instituições sociais do país.

Deliberações de novas políticas

O CNP é realizado a cada três anos. Em sua última edição (2007), o congresso aprovou um total de 85 teses, que geraram novas políticas e deliberações para os órgãos representativos da profissão. A plenária do VI CNP aprovou, por exemplo, a construção de referências para a prática profissional da psicologia nos sistemas de justiça e segurança, educação e campo da assistência – hoje, objeto de pesquisa no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop). Outra diretriz, inclusive já implementada pelo CRP-03, orientou os conselhos a promover concursos públicos, como meio de ampliar o quadro de profissionais. O objetivo do CNP é desenvolver a



psicologia como ciência e profissão, a partir da mobilização dos profissionais, em articulação com o Sistema Conselhos. Segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, é hora de aprofundar os eventos preparatórios, sempre com foco a busca de uma profissão mais digna e reconhecida socialmente, que contribua para a promoção do bem-estar das pessoas. “A psicologia quer ser protagonista”, salienta. “A psicologia não é feita para seres de outros planetas; a

temática e o crescimento da intervenção da psicologia na sociedade fazem parte do compromisso de refletir sobre os problemas que dizem respeito à nossa realidade”. Para acompanhar a programação do VII CNP na Bahia e Sergipe, basta acessar o site do CRP-03 regularmente. Todas as notícias e o calendário de atividades serão disponibilizados para que ninguém fique de fora. Confira e saiba como participar.

Agenda de eventos

Os eventos preparatórios do CRP BA/SE para o VII CNP seguem até março de 2010. Essas atividades devem aproveitar, inclusive, as mobilizações específicas das conferências nacionais em curso, para elaborar propostas destinadas aos pré-congressos que serão realizados no início de 2010.

Com base no cronograma, os pré-congressos ocorrerão em março, e, em maio, será a vez dos congressos regionais, que vão gerar os trabalhos para o grande evento nacional. Por isso, as conferências deste semestre ganham um contorno ainda mais relevante para a categoria, sobretudo por tratarem de campos de interesse da psicologia e dos temas centrais do VII CNP, ligados às políticas públicas e controle social. É hora, portanto, de juntar-se aos grupos e contribuir com as propostas. O primeiro passo é conhecer as conferências já previstas.

Até dezembro, ocorrem as conferências nacionais de Assistência Social (participação e controle social no Sistema Único de Assistência Social), Comunicação (meios para a construção de direitos e cidadania na era digital) e dos Direitos da Criança e do Adolescente (construindo diretrizes da política e do plano decenal). A Conferência Nacional das Cidades está prevista para maio de 2010 e a de Educação, para abril do mesmo ano.

Comunicação em foco

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação - Confecom, programada para dezembro, tem gerado uma grande mobilização da psicologia e de movimentos sociais que defendem a comunicação democrática no Brasil. O CRP-03 participa da Etapa Estadual da Confecom como uma das entidades representativas da sociedade civil e integra a Comissão Organizadora Estadual Pró-Conferência Nacional de Comunicação.

Nessa condição, vem promovendo uma série de conferências e debates sobre as teses que serão levadas à etapa estadual, visando consolidar as propostas para a conferência nacional. Veja no quadro ao lado as principais teses defendidas para a comunicação. Para conhecê-las na íntegra acesse o site do CRP (www.crp03.org.br) e consulte o Grupo e Trabalho Psicologia e Mídia - GTPM (gtpm@crp03.org.br).

A psicologia está de olho

- Pelo fim da publicidade dirigida às crianças;
- Pelo fim da publicidade de bebidas alcoólicas;
- Contra a exploração da imagem humana na publicidade;
- Controle social da mídia;
- Pela regulação da mídia e trânsito.

Um novo recorte da segurança pública

As discussões sobre segurança pública dificilmente escapam do tradicional enfoque da criminalidade pura e simples, sobretudo diante de episódios recorrentes de descontrole da violência urbana, que são difundidos cotidianamente pelos veículos de comunicação nos quatro cantos do País. Mas reforçar esse recorte é um equívoco, no entendimento do CFP e de profissionais de várias regiões do País, que participaram da 1ª Conferência Nacional de

Segurança Pública - Conseg, realizada pelo Ministério da Justiça, em Brasília. A psicologia engrossa o coro a favor de políticas de segurança pautadas na garantia dos direitos humanos, no fortalecimento da participação social e melhor qualificação dos profissionais do setor. Entre os princípios defendidos estão a transparência na segurança pública, mediante acompanhamento das ações governamentais de controle da criminalidade, a valorização do

profissional e melhoria das condições de trabalho. Uma gestão democrática participativa e a descentralização do aparelho repressivo do Estado também integram as propostas. O crescente investimento em prisões de segurança máxima, em detrimento de programas comunitários e do programa de penas alternativas, é, contudo, repudiado. Na avaliação do CFP, o aumento da legislação repressiva, pela diminuição da maioria penal, não é uma ação eficaz

para combater o “fenômeno complexo e estrutural da violência” e apenas atinge grupos com menor trânsito político e econômico. Outro ponto de consenso é sobre a “midiatização alarmista” de episódios envolvendo ações policiais, que estaria alimentando a chamada “cultura do medo” e, na esteira, a repressão violenta.

Reflexão sobre a lei de drogas

Um habeas corpus expedido no dia 26 de agosto relaxou a prisão preventiva e permitiu o retorno a Salvador de três estudantes universitários baianos, presos em Belo Horizonte (MG) durante ação policial na escola que abrigou participantes do XXII Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (Enep). A prisão havia ocorrido 31 dias antes, sob acusação de tráfico de drogas. Por trás do encarceramento prolongado, há um episódio emblemático das distorções na aplicação da lei de entorpecentes. A liberação dos jovens, por sua vez, é um exemplo da articulação das entidades comprometidas com a garantia da integridade e dos direitos humanos no País.

Para entender o caso é preciso retornar a 25 de julho. Nesse dia, os três estudantes - dois rapazes e uma moça - foram detidos na Escola Anita Brina Brandão pela polícia mineira, acusados de uso e distribuição de maconha. O fato ocorreu na véspera do encerramento do evento e suspendeu a Plenária Final do XXII Enep, instância máxima de deliberação do movimento estudantil de Psicologia, desencadeando manifestações públicas da Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (Conep), da Comissão Organizadora do Encontro, do CRP-03, do CRP-MG e do próprio CFP.

Sem fazer julgamentos morais ou entrar no mérito da procedência das acusações, as representações dos estudantes e o CRP-03 divulgaram notas nas quais questionam a situação em que se deu a prisão e levantam o debate sobre a ineficácia da política pública pautada no encarceramento. Com base a nova lei sobre drogas, a Lei nº 11.343/06, os estudantes ponderam que o principal avanço da legislação é justamente a diferenciação das penas previstas para usuários e traficantes, ficando os usuários isentos da pena de reclusão. Nesse sentido, não fica claro para nós quais foram os motivos que levaram os estudantes em questão a serem acusa-



dos de tráfico ou distribuição de drogas, ao invés de usuários, uma vez que, ainda segundo a referida lei, a quantidade de droga por si só não pode configurar tráfico, devendo pesar o contexto em que se dá a situação do flagrante”.

Esse ponto de vista é compartilhado pelo Conselho Regional de Psicologia, que também não vê clareza nas razões e circunstâncias que caracterizaram o episódio como tráfico. “Acreditamos que é de interesse público a publicização dos motivos que embasam a acusação de tráfico de drogas contra os estudantes”, defendeu o CRP-03, que empreendeu uma forte mobilização com o CFP, a fim de resguardar a integridade física e saúde mental dos alunos baianos, com posicionamento contrário à manutenção carcerária. Para tanto, o CRP buscou respaldo na própria legislação vigente no Brasil.

Em seu Artigo 28, a Lei 11.343/06 estabelece penas como advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso,

para aquele que “adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”. A legislação também sustenta como princípio do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad) o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, sobretudo no que se refere “à sua autonomia e à sua liberdade; à promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade, com o objetivo de promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no País”.

A despeito disso, os estudantes ficaram presos mais de um mês, em condições que em nada refletem o que preconiza a lei. Superlotação de celas e condições precárias foram a realidade, principalmente para os dois rapazes. “Não discutimos o lado moral, o que não concordamos é que a política pública funcione para agravar a situação de três pessoas sem antecedentes criminais, que estudam, têm residência fixa, histórico

de bom comportamento e que realizam trabalho social voluntário em sua comunidade”, afirma o psicólogo e coordenador do Grupo de Trabalho Psicologia e Usos de Substâncias Psicoativas, João Sampaio Martins.

O XXII Enep reuniu 1.200 participantes de 22 estados e do Distrito Federal. Para o CRP, a prisão pode ser entendida, ainda, como um “artifício implícito de criminalização de movimentos sociais”, na medida em que a polícia já havia estado no local durante quatro dias antes da ação no último dia do encontro. “Vale ainda ressaltar que este não é um fato isolado, o que traz à tona a importância da discussão pública quanto às políticas e leis de drogas de nosso País”, salientou a nota do Conselho, que continuará apoiando os estudantes e suas famílias em defesa de um tratamento equilibrado para o caso.

Para saber mais: Grupo de Trabalho Psicologia e Usos de Substâncias Psicoativas - GTPSP: gtpuspa@crp03.org.br

Psicologia organizacional: um olhar possível

Historicamente a Psicologia Organizacional esteve à margem de algumas concepções da psicologia, visto que surgiu como ciência aplicada para atender aos interesses da organização, através da seleção e treinamento. Entretanto, muitas mudanças ocorridas nos modelos de gestão partiram das contribuições de psicólogas (os) voltadas (os) para o entendimento das organizações, que progressivamente auxiliaram na evolução do modelo mecanicista.

Neste sentido, psicólogos como Mayo, que focalizou a influência das relações interpessoais no funcionamento da organização através da Escola de Relações Humanas, ou Maslow, Herzberg e McGregor entre outros, que desenvolveram as Teorias da Motivação e mostraram a importância das necessidades, do enriquecimento das tarefas e a crença na autonomia do indivíduo; ou ainda, Katz e Trist, a partir da teoria dos Sistemas Abertos e do Enfoque Sociotécnico ampliaram a visão da relação entre pessoas e organização, levando em consideração seus aspectos sociais, ambientais, tecnológicos e psicológicos.

Na atualidade, há quem acredita que a Psicologia Organizacional se volta cada vez mais para o trabalhador. A partir de estudos e práticas realizados em diversos campos, tais como: a de saúde mental e trabalho, qualidade de vida, melhorias no ambiente e na organização do trabalho, assim como no preparo para a aposentadoria, inclusão de portadores de deficiência e diversidade no trabalho, a constatação é da importância, cada vez maior, das pessoas para a manutenção das organizações.

A atuação da (o) psicóloga (o) se amplia a partir de uma atuação crítica nas equipes interdisciplinares em organizações como hospitais, nas quais os papéis dos diversos profissionais, sejam eles pedagogos, assistentes sociais, médicos, enfermeiros ou administradores, convergem para benefícios focados no trabalhador e, conseqüentemente, nas instituições em que estão inseridos. Observa-se que alguns psicólogos organizacionais e do trabalho ainda atuam de maneira tecnicista, limitados a processos de recrutamento e seleção e aplicação de testes psicológicos, ou

ocupam o lugar de meros executantes de ações demandadas pelas organizações com o objetivo único de maximização da produção e lucratividade. Contudo, é necessário que a (o) psicóloga (o) organizacional compreenda as mudanças no mundo do trabalho e com o trabalhador, incluindo a tomada de consciência das dificuldades concretas, impostas e produzidas pelo nosso sistema capitalista. Por exemplo: as impossibilidades de retorno ao mercado, em virtude das crises que se instalam e trazem impactos diretos na capacidade de manutenção da organização e na vida pessoal e profissional que dela dependem.

A (O) psicóloga (o) organizacional e do trabalho também precisa fazer jus ao complemento da palavra trabalho, e não pode perder de vista que se trata de uma variável imprescindível na construção da subjetividade do indivíduo e, por que não dizer, da manutenção de sua saúde. Desta forma, deverá lutar pela inclusão no trabalho de seguimentos historicamente excluídos, atuar para tornar o trabalho meio possível para o cresci-

mento e desenvolvimento pessoal e da percepção de si mesmo, como sujeito criativo e de múltiplas possibilidades e não conivente com a violação de direitos nas organizações e, assim, contribuir para a desconstrução do seu estereótipo como “naturalizador da dominação pelo trabalho alienante” para o de profissional crítico.

Acreditamos ser uma missão difícil quando se está submetido à pressão das organizações pelos resultados e se integra o quadro da relação capital x trabalho. Entretanto, entendemos que, nestes novos contornos que assume o capitalismo, após os acontecimentos recentes, mais do que nunca se faz necessário que psicólogas (os) organizacionais e do trabalho, tanto internamente, quanto externamente às organizações, atuem na promoção da saúde integral, da cidadania e do respeito aos direitos do trabalhador, por um ambiente e relações de trabalho justos e dignos na busca do resgate do sentido do trabalho para o trabalhador.

Comissão Psicologia e Trabalho - CRP 03 compt@crp03.org.br

Colabore nas pesquisas do Crepop

Profissionais de psicologia da Bahia e Sergipe ainda podem contribuir com a última pesquisa do Crepop - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas deste ano. O trabalho pretende definir parâmetros para a atuação profissional nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e serviços especiais de acolhida e atendimento domiciliar do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Na elaboração dos modelos de referência técnica, o Crepop colhe opiniões, sugestões, experiências e críticas de profissionais de todo o País, para a formulação de princípios e orientações gerais. Depois de reunir essas contribuições, o Crepop sistematiza o material, incluindo no processo uma comissão da Fundação Getúlio Vargas e de especialistas na política investigada. Posteriormente, o submete à consulta pública, para avaliação e eventuais

ajustes sugeridos. Só depois de cumprir todas essas etapas, o documento é consolidado e publicado, permitindo à categoria utilizá-lo como documento de referência para o seu trabalho na política pública em questão.

O Crepop funciona desde 2006, sob a coordenação nacional do Conselho Federal de Psicologia (<http://crepop.pol.org.br>).

As áreas estudadas são indicadas no encontro da Rede Crepop e definidas nas APAF'S - as Assembléias de Políticas da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia. Hoje, estão em atividade 18 unidades do Crepop no País, e todas contam com o apoio de assessores técnicos especializados em políticas públicas. Por ano, são realizadas quatro pesquisas nacionais, com uma média de 10 a 15 participantes da Bahia e Sergipe. Desde 2007, já foram pesquisadas 12 políticas públicas (veja quadro).

Políticas Públicas

Ano	1º Semestre	2º Semestre
2007	Medidas Sócio-educativas (Internação) Sentinela - Serviços de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes Varas de Família	Programas de HIV/DST/AIDS Sistema Prisional CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
2008	Educação Inclusiva Medidas Sócio-educativas (Meio Aberto/Liberdade Assistida)	Serviços de Enfrentamento à Violência contra a Mulher Atenção Básica à Saúde
2009	Educação Básica Políticas Públicas de Álcool e Drogas	Mobilidade Urbana, Transporte e Trânsito Creas - outros serviços especiais de acolhida e atendimento domiciliar do Suas

Psicólogos (as) que atuam nas Políticas Públicas de: CREAS E OUTROS SERVIÇOS ESPECIAIS DE ACOLHIDA E ATENDIMENTO DOMICILIAR DO SUAS



04 dezembro 09

Salvador:

Das 9h30 às 17h30, na sede do CRP03. Rua Professor Aristides Novis, 27 / Federação (Estrada de São Lázaro).

Inscrições e maiores informações:
observatorio03.wordpress.com
(71)3247-6716 / 3332-6168 / 9121-6392
crepop03@crp03.org.br



RESPONDA AO QUESTIONÁRIO ONLINE: crepop.pol.org.br
Sua participação é fundamental!

Blog Observatório

Além de contribuir diretamente nos estudos, é possível participar das consultas públicas, relativas aos documentos em processo de elaboração. A consulta da pesquisa “Medidas Sócio-Educativas - Unidades de Internaçoão”, por exemplo, possui link de acesso direto no “Observatório”, blog do Crepop 03 (<http://observatorio03.wordpress.com>). A pesquisa ficará disponível até 20 de dezembro próximo.

O Observatório está no ar há mais de um ano, facilitando o acompanhamento dos trabalhos e a interatividade com profissionais da área de psicologia. O blog divulga os dados locais e marcos das áreas investigadas, documentos de referência para atuação, textos e documentos mapeados pela equipe local, agenda de eventos, atividades em políticas públicas e links para sites interessantes nessa área.

Psicoterapia em debate

Buscar a inserção da psicoterapia nas políticas públicas a fim de garantir o acesso da população a esses serviços. Promover o diálogo da psicologia com outros profissionais que exercem a psicoterapia e articular, com os seus respectivos conselhos, os procedimentos e parâmetros da prática. Essas são duas das 26 propostas aprovadas por profissionais da Bahia e Sergipe em contribuição ao Ano Temático da Psicoterapia, cujas atividades, no âmbito do Conselho Regional de Psicologia, foram encerradas com o Seminário Regional de Psicoterapia,

em agosto, após uma série de encontros que mobilizaram os pólos da Bahia e Seção Sergipe do CRP.

As propostas foram construídas com base nos três eixos norteadores dos trabalhos sobre o ano temático: a constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar; os parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos; e as relações com os demais grupos profissionais que têm reivindicado o exercício da psicoterapia. Os dois primeiros eixos

receberam, cada um, 30 sugestões, e o terceiro, 26, perfazendo um total de 89 propostas.

Durante o seminário regional, todas as 89 proposições foram avaliadas, o que resultou na aprovação final de 26, que serão enviadas para análise no Seminário Nacional de Psicoterapia, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia. O Sistema Conselhos elegeu 2009 como o Ano Temático da Psicoterapia, para estimular a categoria a discutir questões como a compreensão do campo de trabalho, o compartilhamento da prática com outros

profissionais, a atuação e seus limites.

O debate foi produtivo, inclusive, no tocante à perspectiva de construção de referências para a atuação dos psicólogos. Uma das propostas que seguem para o CFP sugere a criação de estratégias que garantam a prática profissional no SUS - Sistema Único de Saúde.

Outra recomenda, ainda, iniciativas direcionadas a informar a população sobre a prática da psicoterapia pelo psicólogo, incentivando-o a trabalhar no contexto das políticas públicas.

O projeto do CRP-Sergipe

O estado de Sergipe caminha para se desmembrar do CRP-3ª Região e estruturar o seu próprio conselho regional. Essa perspectiva é, na verdade, uma estratégia da atual gestão e leva em conta as condições existentes, hoje, para o desmembramento, assim como os benefícios que uma decisão nesse sentido trará para os dois estados. Não à toa, o escritório de Sergipe tem recebido todo o apoio do próprio CRP e vem se preparando para essa possível mudança.

Entre as condições reunidas para o projeto está o número de profissionais já registrados no estado (1.664). A representação dispõe, ainda, de sede própria, receita anual suficiente à autossustentação e uma atuação que avança na implementação das diretrizes do Sistema Conselhos, através de grupos de trabalho que abrangem várias temáticas.

O contexto externo também ajuda: o estado possui atualmente quatro faculdades que oferecem curso de graduação em psicologia. São elas a Pio Décimo, Fase, Universidade Federal de Sergipe e Universidade Tiradentes -

Unit, o que indica um provável aumento no número de futuros inscritos no CRP.

“Estamos recebendo todo o suporte do CRP 03, que facilita a nossa participação em eventos”, diz a psicóloga e coordenadora da Seção Sergipe, Edelvaise Ferreira. Na prática, afirma, funciona como um “treinamento, um exercício” para a autonomia técnica-administrativa-financeira e política que a unidade planeja conquistar.

Estrutura

A Seção Sergipe opera com uma equipe de sete pessoas, que está concentrada em ampliar a base de contribuintes regulares do Conselho, e, com isso, reduzir o nível atual de inadimplência. Outra frente de trabalho é o estímulo à participação nos GTs, em busca de uma maior interação, troca de experiências e atuação da categoria nas políticas públicas. Já estão em funcionamento grupos nas áreas de direitos humanos, integração, informação e cultura, psicoterapia, psicologia do esporte, psicologia organizacional, hospitalar, mobilidade



I Congresso de Psicologia: êxito de público

humana, trânsito e educação. O próximo a ser lançado é o GT de Psicologia Jurídica. Como resultado desse trabalho, a seção Sergipe já tem representação no Conselho de Assistência Social, no Conselho Estadual de Saúde, no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Fórum em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A expectativa é que o projeto do desmembramento entre na pauta da

próxima APAF - Assembléia das Políticas da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia, programada para dezembro, em Brasília. No caso de uma deliberação favorável, o processo seguirá um cronograma especial e receberá assistência técnica adequada, de modo a viabilizar o pleno funcionamento do novo conselho.

Interiorização avança

Depois de Juazeiro, as regiões da Chapada Diamantina e de Paulo Afonso serão as próximas a ganhar pólos do Conselho Regional de Psicologia, que segue firme no propósito de fortalecer o atendimento à categoria no interior baiano. A meta é instalar as duas novas representações até o próximo ano, conforme previsto no planejamento estratégico da Comissão de Interiorização (Cominter). Mas as ações não estão restritas a esse projeto.

Com seis pólos em atividade – Oeste, Extremo Sul, Recôncavo, Santa Cruz, Sudoeste e São Francisco –, o CRP fomenta a disseminação dos núcleos gestores, como alternativa para ampliar

a abrangência dessas representações. Com esses núcleos, o objetivo é que a atuação dos pólos ultrapasse os limites das suas sedes e inclua outras cidades onde haja um número significativo de profissionais.

Nessa linha de trabalho, já foram implantados três núcleos gestores. Um no Extremo Sul, que engloba Teixeira de Freitas, Porto Seguro e Eunápolis; o segundo, no pólo de Santa Cruz, abrangendo as cidades de Itabuna, Ilhéus e Valença, e o terceiro no Sudoeste, que estendeu as ações, antes limitadas à Vitória da Conquista, para Itapetinga, Guanambi e Jequié.

A conselheira responsável pela Comis-

são de Interiorização do CRP, Kueyla Bitencourt, informa que a perspectiva é também formar núcleos nos pólos Oeste e Recôncavo. Para tanto, Kueyla já iniciou a articulação em cidades que integram os pólos, onde faz visitas regulares e convida profissionais para as reuniões que tratam as principais necessidades de cada região. Já as representações dos pólos, são convidadas a tomar parte nas plenárias e reuniões trimestrais da Cominter, quando são fixadas as diretrizes para todas as regiões sem, no entanto, desconsiderar as especificidades locais.

Os pólos esclarecem dúvidas sobre as

atividades do CRP, orientam e apoiam a fiscalização da prática profissional. Também encaminham os pedidos para a confecção de carteiras, o que evita o deslocamento das pessoas até a capital para ter acesso ao serviço.

A importância dada à política de interiorização é tanta que a Cominter (e-mail: cominterior@crp03.org.br) funciona na cidade de Vitória da Conquista. De todos os seis pólos, o do Sudoeste é, inclusive, o que possui o maior número de profissionais em atuação no interior – no total de 344, segundo levantamento do CRP.

Como reduzir os acidentes de trânsito

Atualmente os traumatismos causados por acidentes de trânsito se configuram como a segunda causa morte em todo o mundo. De um total de 1,2 milhão de pessoas que perdem a vida anualmente, quase um terço são jovens com idade de 10 a 24 anos. As previsões são catastróficas: estima-se que se não forem tomadas medidas preventivas com urgência, as mortes por acidente de trânsito aumentarão exponencialmente nos próximos anos.

No Brasil, esses eventos preocupam em larga escala toda a sociedade. A forma pela qual se passa da saúde para a doença, em trânsito, é a mais rápida e imprevisível de todas as outras circunstâncias de risco que a vida oferece. Conforme dados de 2001 da Abdetran - Associação Brasileira de Departamento de Trânsito, o país participa com 3,3% do número de veículos da frota mundial e é responsável por 5,5% de veículos envolvidos em acidentes com vítimas fatais no mundo.

Os acidentes de trânsito no Brasil, registrados entre 1985 e 2003, ocasionaram 25.000 óbitos no local da ocorrência e 60% dos feridos estavam,

em sua maioria, na sua faixa etária mais produtiva. Muitas dessas pessoas ficam mutiladas e/ou incapacitadas definitivamente. Os prejuízos sociais e materiais atingem a casa dos US\$ 4 bilhões. Há ainda uma ocupação elevada dos leitos hospitalares, o que cria dificuldades para a sociedade como a programação de cirurgias e mesmo para outros atendimentos emergenciais, já que os acidentados de trânsito ocupam a maioria das vagas disponíveis. Desde 1988, o governo arca anualmente com despesas equivalentes a US\$ 2 bilhões, conforme dados da Abdetran. Esse valor, empregado nas indenizações a vítimas de trânsito, poderia, ao contrário, ser utilizado em educação e saúde de qualidade, ambas com forte demanda por investimentos públicos.

Nesse contexto, a psicologia científica surge para contribuir na mudança de comportamentos de motoristas infratores, com o objetivo de reduzir e/ou evitar os acidentes, uma vez que o trânsito é um fenômeno eminentemente social. Ressaltamos, porém, a importância da mobilidade humana e sua relação com o meio. O trânsito,

parte integrante deste contexto é, sem dúvida, um ambiente em movimento e transformação.

Diante do caos instalado no trânsito e da necessidade emergente de políticas que possam minimizar as dores e os prejuízos causados às famílias, o CRP BA/SE, através da Comissão Mobilidade Humana e Trânsito, em contribuição à política de prevenção e promoção da saúde no trânsito, defende a criação de meios e leis mais efetivos para a redução dos acidentes.

Consideramos de fundamental importância ações que resultem em estratégias efetivas de prevenção, e que estabeleçam novas diretrizes na formação de rede de proteção à vida, tais como:

1. Sensibilizar os meios de comunicação para que não incentivem a velocidade, o culto ao poder, ao status social;
2. O cumprimento das leis que promovam a segurança, o respeito à vida, o direito à acessibilidade, e não favoreçam a impunidade;
3. Sensibilizar o governo para que não permita favorecimentos que contri-

buam com a interrupção da vida e do exercício pleno da cidadania, efetivando a obrigatoriedade da educação para o trânsito nas escolas;

4. A criação de um sistema integrado (órgãos públicos e afins) visando à orientação, ao esclarecimento, à reciclagem e ao acompanhamento aos condutores infratores, bem como uma política de apoio aos seus familiares;

5. A criação de fóruns nacionais que promovam discussões permanentes e interdisciplinares para prevenção de eventos contrários à segurança total no trânsito;

6. Instar o Ministério Público e do Trabalho ao fortalecimento contínuo do cumprimento da lei da alcoolemia zero, combate às drogas de qualquer natureza, carga horária limite dos motoristas profissionais, intensificando a fiscalização contra o uso de substâncias psicoativas (arrebite).

Manifesto da Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito-CRP 03